

O antigo Egito

Um passado sempre presente · Com Luís Manuel de Araújo



13 de setembro

A geografia e a história do antigo Egito

20 de setembro

Um mundo de afetos: erotismo no antigo Egito

27 de setembro

A arte egípcia: uma arte para a eternidade

4 de outubro

O Além egípcio: a invenção do paraíso

Com este conjunto de conferências, promovido pela Culturgest, pretende-se facultar aos participantes um conhecimento genérico mas essencial sobre a civilização que durante três mil anos floresceu nas margens do rio Nilo, começando por apresentar a geografia e a história do antigo Egito, sublinhando os seus momentos mais significativos do Império Antigo (o tempo das pirâmides), do Império Médio (a *maet* sublimada) e do Império Novo (expansão e cosmopolitismo), e rematando com a Época Baixa (arcaísmos e mediterraneização) e a Época Greco-romana.

Depois entraremos num edificante mundo de afetos, evocando o erotismo subtil no antigo Egito e o papel da mulher

na sociedade, seguindo-se a arte egípcia, vista pelos próprios Egípcios como sendo uma arte para a eternidade, desde a arquitetura e a escultura à pintura e às artes decorativas (artes de metamorfose), concluindo com o Além egípcio e as ideias que dele ressaltam: a invenção do paraíso ridendo e a crença na ressurreição (ideias que depois outras religiões e outras culturas irão desenvolver).

O Além egípcio: a invenção do paraíso

Remontam aos nebulosos tempos pré-dinásticos os indícios de que os antigos Egípcios acreditavam numa outra vida, pelo menos desde o IV milénio a. C., como se pode deduzir pelas sepulturas feitas nas zonas desérticas na periferia do verdejante vale do Nilo, onde os mortos eram depositados em posição fetal e virados para oriente. De facto, datam dessa época de formação da unidade egípcia alguns túmulos modestos onde ficaram preservados os corpos de vários indivíduos acompanhados por adornos, recipientes e outros objetos de uso diário que continuariam a ser «usados» no outro mundo. Depois, com a I dinastia, iniciada por volta de 3000 a. C., esses buracos no deserto passaram a ter uma forma retangular, sendo rodeados por um círculo de pedras a fim de proteger o corpo do defunto da depredação pelos animais selvagens. Por essa altura, em Abido e em Sakara, e noutras necrópoles antigas, os Hórus (os reis do Egito que eram considerados deuses) e alguns funcionários eram tumulados com um grande requinte em mastabas de tijolo, práticas que irão continuar pela II dinastia, ao mesmo tempo que as pessoas mais modestas da administração e certos artesãos beneficiavam de covas com forma retangular reforçadas por tijolos. Não se conhecem as cerimónias que então se efetuavam no momento dos fune-

rais ou de que forma se processava o culto dos mortos – mas o ritual funerário não devia ser diferente daquilo que se sabe para os tempos posteriores, até porque os rituais tendiam a copiar as ações estipuladas em épocas ancestrais.

O que se poderá concluir em relação às duas primeiras dinastias, em função dos dados que a arqueologia facultou, é que os defuntos eram colocados dentro de sarcófagos feitos de madeira, uns maiores para o sepultamento com o corpo esticado, e outros mais pequenos, para o sepultamento em posição fetal. E desde os primórdios da civilização egípcia se deduz que as tumulações refletem o estatuto social dos defuntos. De facto, e mesmo descontando que muitos túmulos da Época Pré-dinástica e da Época Arcaica desapareceram, as diferenças patenteadas durante a vida terrena ficaram visíveis nos funerais, refletindo sociologicamente o abismo entre ricos e pobres. Os camponeses, que eram a esmagadora maioria da população, contentavam-se com uma simples cova no deserto ou um buraco num penhasco, onde os familiares depositavam, ao lado do corpo, alguns objetos para que o seu ente querido não ficasse de todo privado do mais elementar na outra vida – pelo que se concluirá que a crença no Além era comum a toda a população, desde os privilegiados (membros da casa real e da administração) aos mais humildes (camponeses, pastores, pescadores, artesãos).

A crença no Além ficou expressa de forma esmagadora com as construções piramidais do Império Antigo, desde a pirâmide escalonada erguida para o Hórus Netjerikhet Djoser, em Sakara, às colossais pirâmides do planalto de Guiza, feitas para Khufu e Khafré, ficando pelo meio os gigantes túmulos de Seneferu em Dahchur. Mas o Império Antigo é igualmente o tempo das grandes mastabas dos altos funcionários, construídas com uma

QUARTAS-FEIRAS DE 13 SETEMBRO A 4 OUTUBRO 2017 · 18H30 · PEQUENO AUDITÓRIO

bela pedra, muito bem aparelhada, e com as paredes cheias de baixos-relevos pintados, deixando antever o que seria o ditoso mundo do Além, uma temática que se observa também em certas mastabas mais modestas, feitas com pedra de pequeno porte ou com tijolos, destinadas a outros membros da administração.

Ao contrário dos túmulos dos funcionários, pejados de imagens e de textos a legendar as cenas que evocam atividades da agricultura e da pastorícia, da pesca e da caça, momentos de lazer e passeios náuticos, tudo imagens que se desejavam manter pela vida eterna, nos túmulos reais não se vê nada disto. E se, a partir de finais da V dinastia, começam a aparecer textos no interior da pirâmide real, eles refletem uma nova maneira de pensar e permitem até supor que já não era tão sólida a confiança na obtenção da vida eterna – havia que angariar a ajuda da magia para alcançar incólume o outro mundo, e essa será uma das peculiaridades dos famosos “Textos das Pirâmides”.

A crença num Além bonançoso alicerçava-se em três crenças, que na aparência seriam aspetos contraditórios, mas que afinal se congraçavam entre si: a crença osírica, enfatizando a preponderância do deus Osíris, senhor da eternidade; a crença solar, evidenciando o culto do deus Ré; e a crença estelar, com o culto da estrela do norte (tendo esta última perdido a inicial predileção em detrimento das outras, sobretudo no Império Novo).

Fechada a entrada do túmulo, com a convicta esperança de que ninguém mais pudesse lá entrar, preparada a capela funerária, com o seu interior decorado com pinturas murais, para que o culto, a cargo dos sacerdotes do *ka*, se pudesse manter pelas gerações vindouras, feito o repasto fúnebre, em que se brindava ao defunto (que participava em espírito no ágape ritual), os familiares e amigos regressavam às suas tarefas quotidianas, na esperança que o seu ente querido estivesse, de facto, a gozar as delícias da eternidade – onde não faltariam os passeios de barco pelo Nilo, barquejando por entre os bosques de papiro, participando em animadas e compensadoras atividades da caça e da pesca, divertindo-se nos banquetes e comensais, ou, como sublime remate de um ditoso Além, fazendo amor eternamente.

Aliás, o capítulo 110 do “Livro dos Mortos” afirma com toda a clareza o que deseja o defunto fazer no paraíso: «Aqui como e bebo, aqui trabalho e aqui ceifo, aqui copulo e faço amor».

Antes, porém, seria preciso que o morto tivesse passado com sucesso pelo tribunal de Osíris e Maet, onde era julgado pelas ações que tinha cometido em vida, para que pudesse ser declarado «justo de voz» (*maé-kheru*), ou justificado, nesse julgamento final. A expressão de *maé-kheru* utilizava-se para o defunto que tinha passado pelo tribunal osírico, onde recitaria a sua «confissão negativa» (o capítulo 125 do «Livro dos Mortos»), e só depois seria declarado «justo de voz» ou justificado. A forma *maé-kheru* (ou *maet-kheru* no feminino) surge no final dos textos que aludem ao defunto no seu exemplar pessoal do «Livro dos Mortos», nos vasos de vísceras, nas estatuetas funerárias que iriam, no Além, trabalhar em seu lugar, no sarcófago e em outros materiais colocados no túmulo. O fundamental era que o morto, agora no paraíso que ele merecera, tivesse cumprido a *maet* durante a sua vida terrena, durante a qual convinha ir preparando o túmulo com a devida antecedência. Era o cumprimento das normas maéticas no quotidiano que propiciava ao defunto atingir o paraíso, para lá poder fruir a vida eterna – e a crença firme na vida eterna foi uma notável invenção do antigo Egito.

Mas para que o morto perdurasse na eternidade era preciso que ele ressuscitasse – e eis outra precípua criação do espírito egípcio, a crença na ressurreição, para que o ser renascido e imortal, munido do seu *ka* e do seu *ba*, transformado num ser luminoso (*akh*), eternamente, e robustecido com estes três componentes vitais do corpo humano, pudesse viver no paraíso de Osíris como um deus, um *netjer*. E, como de resto os textos funerários asseveram, o defunto no Além é ele mesmo um ser osirificado, é Osíris.

Era o *ka* que permitia aos justificados que se compraziam no outro mundo, laborando com afinco nos campos de Osíris, uma vida sexual intensa, com o concurso do *ba*, dado que este, entre outros predicados que tinha, também significava copulação. O *ka* e o *ba* muniam o ditoso osirificado com as indispensáveis valências que lhe permitiam, eternamente, respi-

rar, comer, beber, andar, viajar, dormir e amar. O *ka* era um elemento componente do ser humano que pode ser definido como a força vital e sexual do indivíduo, capaz de se manter atuante e dinâmico pela eternidade. Era um ser intangível, uma criação espiritual e psíquica feita à imagem e semelhança do corpo, possuindo todas as necessidades deste. Quando um homem morria dizia-se que ele tinha «passado ao seu *ka*», e a sua estátua funerária era a estátua do *ka*, sendo, portanto, um recetáculo para que este tivesse um sítio onde habitar. Outro recetáculo para a habitabilidade do *ka* era naturalmente o corpo do próprio defunto que, mumificado, se mantinha na câmara funerária. Dispondo também de um *ba*, ficava o defunto apto para viajar, beneficiando de uma grande capacidade de movimento (o *ba* é identificado com uma ave da paisagem nilótica, o jibiru), além de o *ba*, que acumulava os aspetos espirituais do indivíduo no domínio da personalidade, ser também copulação, uma virtualidade que iria contribuir para a fruição hedonista da sexualidade no outro mundo. Ao *ka* e ao *ba* juntava-se depois um outro elemento preponderante para a ridente vida no paraíso, o *akh*, que permitia ao defunto brilhar como os deuses – sim, porque o morto no Além transformava-se num deus!

Em suma, e como Eça de Queirós bem concluiu, os Egípcios construíam casas de barro e túmulos de granito – eis uma forma simples e óbvia de testemunhar, na peregrinidade e dureza da pedra, que o povo do Nilo acreditava no Além onde existia um paraíso para onde iam os defuntos bons e justos, os quais declaravam no julgamento final (outra notável invenção do antigo Egito), no severo tribunal de Osíris: «Eu nunca fiz mal a ninguém!»

Luís Manuel de Araújo é egiptólogo e Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.